



Teoria social e dialógica do sujeito

José Antônio Damásio Abib
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Este ensaio apresenta a teoria social e dialógica do sujeito elaborada pelo filósofo pragmatista e psicólogo social norte-americano George Herbert Mead. Nessa teoria, a ação comunicativa-participante - a ação social que envolve o compartilhamento de significados - é a base social da formação da linguagem, da mente e do sujeito. Mead concebe o sujeito como uma relação envolvendo o *I* e o *me* - o eu e o me. O *me* é o sujeito social ou o reprodutor da ordem social. O eu é o sujeito, não somente biológico ou impulsivo, mas também observador, cognitivo, crítico e agente de mudança social. A cognição surge dessa relação e se desenvolve como processo de controle do impulso e de deliberação reflexiva e moral. À guisa de conclusão, mostra-se em que sentido o comportamentalismo social-cognitivo de Mead, orientado pelo pragmatismo filosófico, pode contribuir para a abordagem cognitivo-comportamental.

Palavras-chave: ação comunicativa; outro generalizado; sujeito dialógico; pragmatismo; comportamentalismo social-cognitivo.

SOCIAL AND DIALOGICAL THEORY OF THE SUBJECT

Abstract: This essay presents the social and dialogical theory of the self, elaborated by George Herbert Mead, the North American pragmatist philosopher and social psychologist. According to his theory, communicative and participative action - the social action that involves the sharing of meanings - is the social basis of language formation, of the mind and of the self. Mead conceives the subject as a relation involving the *I* and the *me*. The *me* is the social subject, reproducing the social order. The *I* is, not only the biological or impulsive subject, but also the observer, cognitive, critical and agent of social change. Cognition results from this relation and develops as the process of control of impulse and of reflexive and moral deliberation. By way of conclusion, it is shown in what sense Mead's social-cognitive behaviorism, guided by philosophical pragmatism, may contribute to the cognitive-behavioral approach.

Keywords: communicative action; generalized other; dialogical self; pragmatism; social-cognitive behaviorism.

Introdução

James (1950) introduziu na Psicologia uma nova terminologia para se referir ao sujeito: *self, I e me*, com amplas repercussões na área (LEVIN, 1992; WILEY, 1994/1996). Mead (1962) introduziu uma perspectiva social radical no exame do *self* que não se encontra em James - embora o grande pensador norte-americano não fosse insensível às determinações sociais do *self*. Mead toma o comportamento social como ponto de partida para explicar o *self* e



elabora uma teoria social, dialógica e anti-representacional do *self*, cuja elucidação final recua a categorias básicas do pragmatismo filosófico.

O objetivo principal deste ensaio é apresentar a teoria social, dialógica e anti-representacional do *self*, e mostrar não só como o comportamentalismo social pode contribuir para uma discussão sobre o sujeito, mas também como a abordagem cognitivo-comportamental pode se beneficiar dessa discussão.

Há uma preliminar que é fundamental para compreender a teoria social, dialógica e anti-representacional do *self*: o conceito de ação comunicativa. Por isso, este ensaio começa examinando esse conceito e só então apresenta a teoria da formação do *self* e sua fundamentação no pragmatismo filosófico.

Ação comunicativa

Mead (1962) afirma que a ação comunicativa é organizada e que já está presente no ato social de ajustamento dos animais. Os atos sociais de ajustamento dos animais consistem no desenvolvimento de ações estimuladas por atitudes ou por gestos que caracterizam propriamente o início dos atos sociais. Essas atitudes ou gestos sociais dão início a uma conversação de gestos. Por exemplo, em uma luta de cães, um gesto de ataque de um cão - uma postura de pulo na garganta do outro cão - estimula um gesto de fuga do cão hostilizado: o cão coloca o rabo entre as patas e corre. Esse gesto, que é uma resposta de ajuste ao ataque, estimula um gesto do cão hostil - uma carreira desabalada no encalço do cão em fuga -, que é uma resposta de ajuste ao gesto de fuga do cão. As atitudes e os gestos dos cães iniciam ações sociais que se organizam no ato social da luta.

Mead (1962) explica a ação dos animais por meio do significado dos gestos sociais, que pode ser caracterizado por uma relação tríplice envolvendo um gesto de um animal e uma resposta de um segundo animal a esse gesto - uma resposta que, em última análise, se refere às conseqüências ou aos resultados do ato social. No exemplo da luta de cães, a resposta de fuga ao ataque é, ao fim e ao cabo, uma resposta ao desfecho do ato social. E qual é esse desfecho? O perigo significado pelo ataque. Mead salienta esse aspecto neste exemplo:

a resposta do pinto ao cacarejo da galinha mãe é uma resposta ao significado do cacarejo; dependendo do caso, o cacarejo refere-se a perigo ou alimento, e é esse o significado ou conotação que tem para o pinto (MEAD, 1962, p. 71).

Em síntese, a resposta de ajuste ao gesto é explicada pelo significado do gesto do organismo que inicia o ato social.

Atos sociais como esses envolvem ação comunicativa. A ação social é comunicativa porque o gesto de um animal evoca uma resposta de outro animal. Mas a comunicação é primitiva porque não envolve a participação dos animais na ação comunicativa. Mead (1962) afirma que se há participação há comunicação, mas que a recíproca não é verdadeira. Quer dizer que pode haver comunicação sem participação. Essa idéia é intrigante porque parece ser contra-intuitivo pensar que pode haver comunicação sem participação. Literalmente há participação na luta de cães porque é inconcebível pensar em ações de

ajustamento sem que os animais tomem parte no ato social. Mas não é nesse sentido que Mead usa o termo “participação”; para ele, este termo envolve compartilhar significado. Na verdade, embora a expressão possa sugerir alguma redundância, é melhor dizer que participar envolve compartilhar o *mesmo* significado. O gesto de ataque do cão tem um significado que explica a resposta de fuga do outro cão, mas quando o cão hostil se põe na postura de pular na garganta do outro, ele não foge de seu próprio gesto como o outro cão foge. Os dois cães não compartilham o mesmo significado: não há, portanto, participação. Suponha-se, agora, que um homem vê fumaça em um teatro e grita fogo! As pessoas podem responder ao seu gesto vocal tentando apagar o fogo ou correndo do fogo, e o homem tende a responder ao seu próprio gesto vocal do mesmo modo como as pessoas respondem efetivamente ao seu próprio gesto: se as pessoas apagam o fogo, ele tende a apagar o fogo, se as pessoas correm do fogo, ele tende a correr do fogo. O homem e as pessoas compartilham o mesmo significado. Há, portanto, participação.

Existem, então, a ação comunicativa-não-participante e a ação comunicativa-participante. Morris (1962) chama a atenção para uma terminologia que serve para denominar esses dois tipos de ação comunicativa: signos e símbolos significantes. De acordo com Morris, os gestos sociais da comunicação primitiva são signos e os gestos sociais da comunicação evoluída são símbolos significantes. O signo é um gesto social que não evoca no indivíduo que o faz a mesma resposta que evoca em outro indivíduo. O símbolo significante é um gesto social que evoca no indivíduo que o faz a mesma resposta que evoca em outro indivíduo. O significado está presente tanto no signo quanto no símbolo significante, porém só é compartilhado no caso do símbolo significante.

Mead (1962) argumenta que a formação do símbolo significante depende de um processo social conhecido como adoção da atitude ou do papel do outro (*rôle-taking*). Foi o que fez o homem que, ao ver a fumaça no teatro, gritou “fogo”: adotou, em relação ao seu próprio gesto, a atitude das outras pessoas. Em uma breve nota, Morris (1962) observa que vários filósofos procuraram compreender o mecanismo pelo qual um indivíduo adota a atitude ou o papel do outro. Em suas palavras: “Hume procurou o mecanismo na simpatia, Adam Smith na noção de sentimento moral, enquanto Mill e Bain procuraram o mecanismo na doutrina de associação de idéias” (MORRIS, 1962, p. XXIV). De sua parte, Mead diz que tradicionalmente recorre-se ao conceito de imitação para explicar porque um indivíduo adota a atitude do outro. Mas afirma que a imitação deve ser explicada porque ela não é uma tendência natural. Coerente com seu ponto de vista, Mead apresenta uma explicação da imitação baseando-se nos conceitos de auto-estimulação do gesto vocal e de aprendizagem associativa. Como a explicação do processo social de adotar a atitude ou o papel do outro foge aos objetivos desse ensaio, ela não será examinada aqui, mas é importante ressaltar que existe uma longa tradição de reflexão filosófica e científica sobre os fundamentos desse processo.

Mais importante para os objetivos desse ensaio é frisar que se deve procurar o fundamento da formação do símbolo significante no processo social de adotar a atitude ou o papel do outro, se não por mais nada, porque com base nesse processo é que se buscam as evidências para inferir que o símbolo significante é uma formação social. E isso tem uma grande importância porque, de acordo com Mead, “entendemos por mente a linguagem concebida como símbolos significantes” (MEAD, 1962, p. 190). Quer dizer,



José Antônio Damásio Abib

se a linguagem consiste em símbolos significantes, e se a mente consiste na linguagem, então a mente consiste em símbolos significantes. Em suma, concebidas como símbolos significantes formados no processo social de adotar a atitude ou o papel do outro, a linguagem e a mente são formações sociais.

Formação do sujeito

A ação comunicativa-participante é o local lógico no comportamentalismo social de Mead em que se formam o símbolo significante, a linguagem e a mente (MEAD, 1962). E mais: o *self* também se forma na ação comunicativa-participante. Observando tais coincidências, Morris chega a dizer que o símbolo significante, a linguagem, a mente e o *self* são “precipitados simultaneamente” (MORRIS, 1962, p. XXIII). Mas é na ação comunicativa-participante que esses precipitados são formados. Quer dizer, a ação comunicativa-participante é anterior a esses precipitados porque é ela que explica o aparecimento do simbolismo. E mais, no caso das precipitações, o texto de Mead aponta para uma prioridade formativa do símbolo significante e da linguagem, com relação à mente e ao *self*. Com efeito, primeiro ele explica o advento do simbolismo e a formação da linguagem, e somente depois introduz o tema da mente e do *self*.

Mead (1962) explica a formação do *self* examinando como a criança adota a atitude ou o papel do outro na brincadeira e no jogo. A brincadeira e o jogo representam dois estágios de desenvolvimento do *self*. Na brincadeira, a criança adota os papéis particulares de pessoas significativas, como os pais e amiguinhos. Quando uma criança brinca, ela adota uma simples sucessão de papéis. Desempenha um papel agora, outro depois, e o bom desempenho em qualquer papel é independente dos resultados (bons ou ruins) de seu desempenho em quaisquer dos papéis precedentes. No jogo a adoção de papéis do outro adquire um significado mais importante porque nesse caso, para que possa ser bem-sucedida no desempenho de seu papel, a criança precisa adotar o papel de todos os participantes da atividade. No jogo, o outro se torna complexo e interdependente. O outro, no jogo, configura-se pela constituição de vários outros. Mead chama esse outro de *outro generalizado* (MEAD, 1962). Com o advento do outro generalizado tem início a um só tempo a experiência da criança com a diversidade de papéis e com as perspectivas sociais distintas.

Retomando a terminologia de James, o *self* formado pelos outros significativos e pelo outro generalizado é o *me*, ou o *self* social (JAMES, 1950). Sendo assim, é hora, então, de perguntar: se o *me* é o *self* social, o que é o *I*, o eu? O eu é o *self* observador. O *self* observador, como condição lógica do conhecimento, é o *self* transcendental de Kant (MEAD, 1912). Como condição lógica do conhecimento, o eu não pode ver a si mesmo em uma experiência presente da consciência (MEAD, 1912; 1913). Mas nota-se uma atitude de auto-observação na memória – uma atitude na qual aparece o observador e o observado (MEAD, 1913). Portanto, o eu pode ser conhecido na condição de objeto. Isso significa dizer que o objeto refere-se não só ao *me* - como objeto social observado - mas também ao eu - como objeto observado nesse momento, mas que foi observador em um momento anterior. O eu não é vazio, como a referência de Mead a Kant poderia dar a entender, não somente porque aparece na experiência como memória, mas também porque o observa-

dor do presente momento pensa – pensa, por exemplo, em seus compromissos, em suas realizações e em seus fracassos (MEAD, 1913). Mas o eu só aparece na experiência como memória, e, conseqüentemente, só pode ser conhecido retrospectivamente.

Como resposta ao me, o eu é, segundo Mead, “alguma coisa que não é dada no ‘me’” (MEAD, 1962, p. 177). Repita-se: o me refere-se ao *self* social: representa, portanto, o controle social. Trata-se do *self* cuja ação é convencional, conformista e habitual. O eu refere-se à ação crítica e criativa do *self*. Trata-se da ação que analisa e modifica o me. Representa, portanto, uma resistência ao controle social ou à ação convencional, conformista e habitual do *self*. As ações do eu são visíveis, em algum grau, nas ações cotidianas das pessoas, e são particularmente notáveis nas ações dos gênios, líderes, artistas, cientistas, estadistas, religiosos e filósofos.

O *self* observador, esse *self* crítico e inovador, tais *selves* são, de qualquer modo, uma criação social, são uma criação do outro generalizado. Com efeito, o outro generalizado pode ser constituído, não só por outros conformistas, mas também por outros críticos e rebeldes. E ainda, a formação do *self* crítico e rebelde, não só coincide com o advento do indivíduo, mas também demarca aquele momento de ruptura na evolução da sociedade em que surge o indivíduo, algo que teria ocorrido na passagem da sociedade primitiva para a civilização. Trata-se de um acontecimento dos mais significativos da história do Ocidente, pois na sociedade primitiva o indivíduo é representado por um determinado tipo social, enquanto na passagem para a civilização nota-se um afastamento desse tipo: advém uma singularidade - o indivíduo - que é a marca da própria civilização.

O *self* observador é também um *self* moral. O *self* moral é obrigado a lidar com os resultados imprevisíveis das ações críticas e inovadoras do *self*. As ações iniciais do eu podem ser diferentes de suas ações finais por causa de ocorrências imprevistas e de acidentes, o que leva o eu a modificar o curso de suas ações iniciais, especialmente quando elas implicam questões de ordem moral. De acordo com Baldwin, Mead não aceita que a explicação do comportamento possa ser vinculada a uma previsibilidade exata, pois “uma predição exata exigiria uma enorme quantidade de dados sobre todos os aspectos da genética, da fisiologia, da aprendizagem anterior e dos estímulos atuais de uma pessoa” (BALDWIN, 1988, p. 118). Se a previsão total já não é possível na ciência, pois “é improvável que os seres humanos possam alguma vez alcançar o conhecimento suficiente de todas as variáveis controladoras” (BALDWIN, p. 118), muito menos o é nas ações críticas e inovadoras do eu. É por isso que essas ações são emergentes, ou seja, são criativas, produzindo não só novidades, mas também conseqüências no campo da moralidade que delimitam propriamente o âmbito de ação do *self* moral.

O que é, então, o *self*? Há, de um lado, o *self* social, o me; e, de outro lado, há o *self* observador, o eu. De acordo com Mead (1962), é a conversação do eu com o me que constitui o *self*. O *self* não pode, portanto, ser caracterizado apenas como um eu, ou como um me (ou como um mim ou um si), mas sim como uma relação especial: uma conversação social do eu com o me. Essa conversação social envolvendo o eu e o me é o sujeito. Aos poucos ela vai dando origem ao pensamento, que Mead caracteriza como uma “conversação interna de gestos” (MEAD, 1962, p. 157). Mas, então, o pensamento não se refere a um eu desvinculado de um me, e que, ainda por cima, possa ser entendido como uma

substância pensante. Passando a palavra a Mead: “o *self* é mais um processo do que uma substância” (MEAD, 1962, p. 178). E que processo é esse? Mead esclarece: “uma conversação de gestos” (MEAD, 1962, p. 178) - significantes, naturalmente.

Estão estabelecidas, desse modo, as bases conceituais de uma teoria social e dialógica do sujeito. Essa teoria refere-se essencialmente à conversação social entre o eu e o me, ou à relação dialógica entre o eu e o me; refere-se, enfim, ao pensamento. Deve-se enfatizar, nessa relação, a ação do eu, pois, de acordo com Mead (1962), o indivíduo não é um servo da sociedade. Não deve, conseqüentemente, sacrificar-se para salvar valores sociais convencionais e conformistas. Deve, isto sim, defender os valores do eu e agir com o objetivo de resistir ao controle social e de modificar a sociedade. O sujeito dialógico é evoluído, pois o eu, ao participar da mudança social, não se deixa reduzir aos diversos me das sociedades estagnadas.

Na conversação de gestos, o eu também é impulsivo e, naturalmente, às vezes suas ações impulsivas fracassam diante dos sujeitos sociais, fracassam precisamente diante dos objetos sociais que são os *pressupostos* da psicologia (MEAD, 1962; 1910a; 1910b). Mas esses obstáculos são importantes para o desenvolvimento das ações cognitivas do eu porque “toda a orientação da Psicologia moderna tem sido no sentido de compreender a vontade e a razão a partir da vida impulsiva” (MEAD, 1962, p. 348). O fracasso do impulso conduz à reflexão, à inteligência reflexiva, ou ainda, à cognição, à razão. De acordo com Mead, a inteligência reflexiva “é essencialmente a habilidade para resolver os problemas do comportamento presente na base da experiência passada e em termos de suas possíveis conseqüências futuras” (MEAD, 1962, p. 100).

Conseqüentemente, a inteligência reflexiva “envolve a memória e a previsão” (MEAD, 1962, p. 100). Embora a inteligência reflexiva tenha origem na ação impulsiva e nos conflitos e fracassos envolvendo essa ação e os sujeitos sociais, ela é basicamente de natureza cognitiva, quer dizer, não é emocional, pois, instruída por um conhecimento passado, remete a um cálculo de conseqüências com o objetivo de resolver problemas do presente. Isso significa dizer que o eu evolui a ponto de ser essencialmente cognitivo. Com a palavra, Mead: “a essência do *self*, como já dissemos, é cognitiva” (MEAD, 1962, p. 173). Finalmente, o que está em jogo na relação dialógica é um debate contínuo envolvendo as ações impulsivas, cognitivas e morais do eu e as ações sociais do me. Ou ainda, o que existe é uma tensão envolvendo identidades: impulsiva, cognitiva, moral, e social.

Pragmatismo

Assim como as atividades orgânicas criam seus objetos - por exemplo, não existiriam alimentos ou objetos comestíveis se não houvesse o processo biológico da digestão -, os comportamentos sociais também criam seus objetos: os símbolos significantes e as linguagens. Por causa de sua constituição social, a linguagem é contextual, pois a “simbolização constitui objetos que ainda não estavam constituídos, objetos que não existiriam exceto pelo contexto de relações sociais em que a simbolização ocorre” (MEAD, 1962, p. 78). Conseqüentemente, a linguagem é anti-representacional: “a linguagem não simboliza simplesmente uma situação ou objeto que já estejam ali, antecipadamente” (MEAD, 1962, p. 78). Ao contrário, é ela que “torna possível a existência ou o aparecimento daquela

situação ou objeto, pois ela é uma parte do mecanismo que cria aquela situação ou objeto” (MEAD, 1962, p. 78). Em suma, Mead está argumentando em defesa de uma concepção contextual e anti-representacional da linguagem com base em seu comportamentalismo social. Essa concepção reflete sua orientação de filósofo pragmatista.

O contextualismo, anti-representacionismo, comportamentalismo e conseqüencialismo são categorias básicas do pragmatismo (JAEGER e ROSNOW, 1988; MORRIS, 1988; MURPHY, 1990/1993; PEPPER, 1942/1970; RORTY, 1990/1993; SARBIN, 1986; SMITH, 1986; ZURIFF, 1985). O contextualismo é uma categoria tão fundamental do pragmatismo que chega a ser confundido com ele. Pepper (1942/1970) chega a dizer que o contextualismo pode ser entendido como outro nome do pragmatismo. De acordo com Jaeger e Rosnow (1988, p. 72), no contextualismo o contexto deixa de ser “alguma coisa externa, meramente colidindo com o comportamento”, e torna-se “integrado no interior do próprio fenômeno”. Segundo Morris, Sarbin, Jaeger e Rosnow, essa concepção tem origem nas obras de Peirce, James, Dewey e Mead. Portanto, no comportamentalismo social de Mead, o termo “contexto” deve ser entendido no sentido do contextualismo ou do pragmatismo.

De acordo com Joas (1985), a virada que Mead realiza com sua teoria da mente e do sujeito, com base no conceito de comportamento, reflete sua crença de que Darwin foi uma figura-chave para o recomeço da reflexão filosófica. Joas, o grande comentador de Mead, esclarece essa crença quando escreve que o “modelo de Darwin de um organismo em um ambiente ao qual deve se adaptar para sobreviver fornece os meios para fundar todo o conhecimento no comportamento” (JOAS, 1985, p. 53), e que isso representa um notável “contraste com o esforço para deduzir, não só o comportamento do sujeito, mas também o mundo externo, a partir de um *self* que os predetermina” (JOAS, 1985, p. 53). É por causa dessa crença que Mead, os pragmatistas e outros comportamentalistas passam a eleger o comportamento como categoria fundamental para investigar a formação do conhecimento do mundo físico, da mente e do sujeito (JOAS, 1985; ZURIFF, 1985).

O conseqüencialismo do pragmatismo refere-se a uma teoria da explicação do comportamento que busca suas fontes nas conseqüências do comportamento (MURPHY, 1990/1993; SMITH, 1986; ZURIFF, 1985). Os conceitos de significado e de inteligência reflexiva ilustram bem o conseqüencialismo de Mead (1962). Com efeito, o comportamento é explicado pelo significado que, por sua vez, é explicado pelos resultados finais do ato social. Na inteligência reflexiva, o sujeito pondera vários cursos de ação em termos de suas possíveis conseqüências, e delibera por cursos de ações inteligentes considerando seus cálculos. Em ambos os casos o comportamento é explicado com base em seus eventuais desfechos futuros.

O anti-representacionismo na epistemologia do pragmatismo e na linguagem encontra-se, de acordo com Rorty, respectivamente, em Dewey e em Davidson: “na história que eu e Murphy contamos do pragmatismo, o que Davidson acrescentou a Dewey foi uma filosofia não-representacionista da linguagem” (RORTY, 1993, p. 13). Uma filosofia que, ainda de acordo com Rorty “suplementa, e numa certa medida substitui, a versão não-representacionista que Dewey dá do conhecimento” (RORTY, 1993, p. 13). Na história que Murphy (1993) conta, Mead não é examinado, e, na condição de filósofo neopragmatista, as referências básicas de Rorty ao pragmatismo clássico são James e Dewey. Talvez por isso, e também pelos equívocos existentes em relação ao pensamento de Mead, seja difícil

perceber, como Rorty não percebeu, que o comportamentalismo social de Mead já inaugurava uma concepção anti-representacional da linguagem (BALDWIN, 1988).

Seria de se esperar que um exame do pensamento de Mead pudesse contribuir para, entre outras coisas, destacar sua concepção anti-representacional da linguagem. Mas, como disse Baldwin (1988), há equívocos. Taylor (1997, p. 55), após afirmar que “só existe um *self* no âmbito do que denomino ‘redes de interlocução’” e dizer que “George Herbert Mead costuma receber o crédito de ter feito uma afirmação dessa natureza sobre a gênese social do *self*”, conclui que Mead “ainda está demasiado próximo de uma concepção comportamentalista e não parece levar em conta o papel constitutivo da linguagem na definição do *self*” (TAYLOR, 1997, p. 55). Por tudo o que foi dito aqui, essa afirmação é falsa. Ou é contraditória, pois ao referir-se a um conceito de Mead utilizado por Habermas, Taylor (1997, p. 650) escreve que “os outros significantes (Habermas deve muito a George Herbert Mead) não são apenas externos a mim; eles ajudam a constituir minha própria identidade”. Bem, ou se aceita a primeira ou a segunda afirmação de Taylor, porque é com a linguagem que os outros significativos e generalizados contribuem para a constituição da identidade do sujeito.

Conclusões

A ação comunicativa-participante é um processo exclusivamente humano. No nível infra-humano verifica-se somente a ação comunicativa-não-participante. O advento da linguagem é responsável pela transição do nível infra-humano ao nível humano de comunicação. No nível humano também ocorre comunicação não-participante, como em uma luta de esgrima ou de boxe. Mas no nível infra-humano não ocorre comunicação participante. Os indivíduos infra-humanos não ultrapassam sua condição de indivíduos biológicos. Os indivíduos humanos também são indivíduos biológicos - o eu é impulsivo -, mas ultrapassam essa condição porque com o advento da linguagem adquirem uma mente. No ser humano, o indivíduo biológico transforma-se, nas palavras de Morris (1962, p. 20), em “indivíduo com mente”, e o seu comportamento transforma-se, nas palavras de Mead (1962, p. 11), em “comportamento mental”.

A adoção da atitude ou do papel do outro é o processo social que explica o advento da linguagem e a formação do sujeito. Ao adotar a atitude ou o papel do outro, o indivíduo biológico adquire gestos e respostas a tais gestos que são semelhantes aos gestos e respostas do outro. Adquire, portanto, a capacidade de mais tarde, no curso de sua vida, reagir a seus próprios gestos do mesmo modo como o outro reage a eles. Dá-se o advento do símbolo significante e do *me*: surge o simbolismo e o sujeito social. Quando o outro é generalizado, quando o outro se instala de múltiplas perspectivas, como no jogo, o sujeito social forma-se de modo complexo, interdependente, e crítico. Constitui-se, desse modo, a possibilidade de formação do eu ou do indivíduo observador, cognitivo, crítico, inovador e moral. Em última análise, é o diálogo envolvendo o indivíduo impulsivo e o outro generalizado que funda a subjetividade rebelde e inovadora. Está formado o sujeito dialógico.

O sujeito social e dialógico de Mead (1962) é anti-representacional. Não existe uma realidade mental ou uma substância mental misteriosa e inexplicável à espera de uma linguagem e de um sujeito para representá-la ou figurá-la. O sujeito representa sua própria

situação ou sua própria formação. É o sujeito que se representa. Em outras palavras, o sujeito é sua própria representação. O anti-representacionismo do sujeito é uma forma de abstracionismo. Com efeito, o sujeito não representa nada fora de si mesmo porque tudo o que é fora está abstraído e qualquer representação do sujeito só pode ser entendida como representação de si no seu contexto ou na sua situação.

Mead (1934, 1962) construiu uma teoria sócio-psicológica do sujeito que o eleva à posição de ser o objeto *prima facie* da Psicologia. Pode-se concebê-lo como sujeito cognitivo desde que se entenda por isso a constituição social de um sujeito que a um só tempo é reprodutor da ordem social, observador e crítico dessa ordem, bem como agente de mudança social, convivendo com um sujeito impulsivo, atento às conseqüências imprevisíveis de suas ações e consciente de suas responsabilidades morais.

A teoria social, dialógica e abstracionista do sujeito, de Mead (1962), pode ser entendida como uma teoria comportamental-cognitiva e não tanto como uma teoria cognitivo-comportamental. Em uma teoria comportamental-cognitiva, o sujeito cognitivo é agente do comportamento, mas sua formação é explicada com base no comportamento. Em uma teoria cognitivo-comportamental, o comportamento é explicado pelo sujeito cognitivo. Mas, como se explica a formação do sujeito cognitivo? No mínimo, a expressão “teoria cognitivo-comportamental” sugere primazia da cognição sobre o comportamento – mesmo que esse não seja efetivamente o caso no nível do conteúdo de uma teoria cognitivo-comportamental. Essa sugestão evoca não só a noção da mente como substância misteriosa e inexplicável, mas também a noção representacionista da linguagem e do sujeito. A abordagem cognitivo-comportamental pode resguardar-se de tais evocações se for concebida como um paradigma comportamental-cognitivo, ou melhor, como um comportamentalismo social-cognitivo orientado pelo pragmatismo filosófico.

Referências

- BALDWIN, J. D. Mead and Skinner: agency and determinism. **Behaviorism**, v. 16, p. 109-127, 1988.
- JAEGER, M. E.; ROSNOW, R. L. Contextualism and its implications for psychological inquiry. **British Journal of Psychology**, v. 79, p. 63-75, 1988.
- JAMES, W. **The principles of psychology**. Nova York: Dover Publications, 1950 (Trabalho original publicado em 1890).
- JOAS, H. G. H. **Mead: a contemporary re-examination of his thought**. (R. Meyer, Trad.). Cambridge: The Mit Press, 1985 (Trabalho original publicado em 1980).
- LEVIN, J. D. **Theories of the self**. Washington: Taylor & Francis, 1992.
- MEAD, G. H. What social objects must psychology presuppose? Abstract of a paper presented at the eighteenth annual meeting of the American Psychological Association. **Psychological Bulletin**, v. 7, p. 52-53, 1910a.
- MEAD, G. H. What social objects must psychology presuppose? **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 7, p. 174-180, 1910b.
- _____. The mechanism of social consciousness. **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 9, p. 401-406, 1912.

MEAD, G. H. The social self. **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 10, p. 374-380, 1913.

_____. **Mind, self and society**: from the standpoint of a social behaviorism. Chicago: The University of Chicago Press, 1962 (Trabalho original publicado em 1934).

MORRIS, C. W. Introduction: George H. Mead as social psychologist and social philosopher. Em G. H. Mead. **Mind, self and society**: from the standpoint of a social behaviorism (p. ix-xxxviii). Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

_____. Contextualism: the world view of behavior analysis. **Journal of Experimental Child Psychology**, v. 46, p. 289-323, 1988.

MURPHY, J. **O pragmatismo**: de Peirce a Davidson. (J. Costa, Trad.). Porto: Edições Asa, 1993 (Trabalho original publicado em 1990).

PEPPER, S. C. **World hypotheses**. California: University of California, 1970 (Trabalho original publicado em 1942).

RORTY, R. O pragmatismo como anti-representacionismo. Em J. Murphy. **O pragmatismo**: de Peirce a Davidson (J. Costa, Trad.), (p. 7-13). Porto: Edições Asa, 1993 (Trabalho original publicado e 1990).

SARBIN, R. T. The narrative as a root metaphor for psychology. Em R. T. Sarbin (Org.). **Narrative psychology**: the storied nature of human conduct (p. 3-21). Nova York: Praeger Publishers, 1986.

SMITH, L. D. **Behaviorism and logical positivism**: a reassessment of the alliance. California: Stanford University Press, 1986.

TAYLOR, C. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. (A. U. Sobral & D. de A. Azevedo, Trads.). São Paulo: Edições Loyola, 1997 (Trabalho original publicado em 1989).

WILLEY, N. **O self semiótico** (L. P. Rouanet, Trad.) São Paulo: Edições Loyola, 1996 (Trabalho original publicado em 1994).

ZURIFF, G. E. **Behaviorism**: a conceptual reconstruction. Nova York: Columbia University Press, 1985.

Contato:

Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências
Via Washington Luiz, Km. 235
CEP 13565-905
São Carlos – SP
E-mail: j.abib@terra.com.br

Tramitação:

Recebido: 20/02/2005

Aceito em: 20/03/2005